

Esclarecimentos da Delegação do SINDIFORT presente ao CONCLAT para os servidores municipais

CONGRESSO NÃO UNIFICA CLASSE TRABALHADORA

Ao contrário do que todos esperavam, o Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat) realizado na cidade de Santos-SP nos dias 5 e 6 de junho não concluiu com a unificação do conjunto dos lutadores e dos movimentos que o convocaram. Acabaram falando mais alto os interesses do grupo majoritário, que optou por impor a qualquer custo suas posições, passando por cima das minorias. Graças a intransigência da maioria, o Conclat perdeu seu caráter de congresso de unidade.

Devido a isso, a Intersindical, os movimentos Unidos Pra Lutar, MAS (Movimento Avançando Sindical), TLS (Trabalhadores em Luta Socialista) e inúmeros sindicatos e setores independentes resolveram retirar-se do Conclat antes de seu fim.

A saída desses setores deu-se devido ao crescente descontentamento com o andamento do congresso, marcado por votações impostas pela maioria ligada ao PSTU/Conlutas. A gota d'água foi a votação do nome que deveria receber a nova central. Ao invés de um nome que expressasse a criação de uma organização realmente nova, fruto da síntese dos vários movimentos e entidades participantes do Conclat, o setor majoritário do congresso não

abriu mão da proposta de que o nome da nova central fosse simplesmente a junção das duas maiores organizações presentes (Conlutas-Intersindical), o que junto com a aprovação da estrutura organizativa representava na prática apenas a incorporação dos demais segmentos à Conlutas.

Sindifort segue na luta pela unidade com democracia

Uma delegação de 41 delegados do SINDIFORT esteve presente no Conclat. Com a exceção de uma única delegada (que apóia a Conlutas), a quase totalidade da delegação apoiou a decisão dos setores que se retiraram do congresso, mas entende que a luta pela unidade deve prosseguir. Mas para que esta unidade seja de fato, e não apenas de palavras, é preciso que seja construída a partir da base, nas campanhas salariais e lutas sindicais e populares. O racha do Conclat provou que essa unidade ainda não estava devidamente amadurecida, e que falta respeito e confiança para a convivência democrática em uma nova central unitária.

A absoluta maioria da delegação considera que a democracia no movimento sindical e popular não



Apesar do forte sentimento de unidade que marcou a abertura do congresso, o CONCLAT não unificou a classe trabalhadora brasileira.

pode ser reduzida a uma questão de quem tem mais votos. A democracia dos trabalhadores é também um método para o exercício da hegemonia, baseado na busca permanente do convencimento e do interesse coletivo. A maioria não pode visar apenas derrotar a minoria, mas deve buscar sempre o convencimento. Sem esse esforço, não há base concreta para a confiança e o respeito mútuos, necessários ao pleno desenvolvimento da democracia no seio da classe trabalhadora.

Por esse motivo, aguardamos que as discussões entre a direção provisória eleita no Conclat e os setores que dele se retiraram possam avançar no sentido de que sejam desenvolvidos esforços reais para recompor a unidade, sem abrir mão das diferenças.

Um caminho para a construção da unidade pela base é a retomada dos Fóruns Estaduais e do Fórum Nacional de Mobilizações, para que a experiência comum na luta possa reabrir o caminho para a unidade da classe trabalhadora no Brasil.

Entenda as principais divergências do Conclat

Caráter da nova Central

- Conlutas/PSTU defende a participação do movimento estudantil, descaracterizando o caráter classista da nova central.
- Sindifort, Intersindical e outros segmentos defendem uma central que organize apenas as organizações da classe trabalhadora no movimento sindical e popular.

Democracia

- Conlutas/PSTU defende que a participação na Coordenação Nacional seja de acordo com um critério que prejudica as maiores categorias.
- Sindifort, Intersindical e outros segmentos defendem que a participação na Coordenação Nacional seja proporcional ao peso social real de cada categoria.

Nome da nova Central

- Conlutas/PSTU defende que a nova central destaque a fusão das duas maiores organizações presentes ao Conclat (Conlutas-Intersindical).
- Sindifort, Intersindical e outros segmentos defendem que o nome da nova central expresse o caráter novo do instrumento a ser criado, e não a anexação dos demais movimentos às organizações maiores.

Partidos políticos

- Conlutas/PSTU não vão às últimas consequências na questão da autonomia e independência da nova central frente aos partidos políticos, abrindo espaço para a partidarização e o aparelhamento.
- Sindifort, Intersindical e outros segmentos entendem que a nova central deva ter como princípio a autonomia e independência plena frente a todos os partidos e organizações políticas.

Organizações e Sindicatos independentes que se retiraram do Conclat divulgam manifesto

Acerca do Congresso da Classe Trabalhadora – Conclat - e sua recomposição

Em reunião nacional ampliada, realizada no dia 26 de junho de 2010, na cidade de São Paulo, dirigentes de sindicatos e movimentos populares da Intersindical, Unidos Prá Lutar, Terra Livre, MAS, Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo, TLS e setores independentes de diversos sindicatos, debateram os fatos que se deram no Conclat e os signatários consideram:

1. A necessidade de resistir à ofensiva dos governos e dos patrões, em um cenário no qual as diversas centrais sindicais brasileiras aderiram à política que garante a manutenção da ordem capitalista - atuando como porta-vozes do governo federal e aliados - torna imprescindível a construção de um novo instrumento de luta da classe trabalhadora: uma central sindical e popular, reunindo o conjunto dos que vivem do trabalho.

2. Que a central precisa ser construída aglutinando amplos setores da classe, para lutar e intervir na vida real em defesa dos direitos, das condições dignas de vida e trabalho e buscar transformar a realidade brasileira.

Para isso, essa central a ser construída deve estabelecer e resguardar, em sua política e funcionamento, alguns princípios fundamentais.

Em primeiro lugar, deve respeitar a independência e autonomia de classe. Este respeito deve refletir-se na independência e autonomia em relação aos governos, aos patrões e também aos partidos políticos. Se não é independente é dependente! Sem isso, pode tomar-se natural passar por cima das necessidades da classe e voltar-se aos interesses dos indivíduos e forças políticas que ocasionalmente dirigem a central.

Em segundo lugar, a nova central deve funcionar respeitando a democracia operária. Não se pode confundir democracia operária com democracia representativa, principalmente sem representação da base para tomar decisões acerca de questões não debatidas amplamente. A democracia operária não é um princípio que se traduz na vitória burocrática de uma maioria pontual sobre uma minoria eventual, particularmente quando da fundação de um novo instrumento. Nesta situação deve-se buscar a construção de consensos e, quando estes não se fizerem possíveis, deve tomar decisões com base em maioria qualificada. Nesse momento de profundas dificuldades para reorganizar os trabalhadores e trabalhadoras em torno de projetos comuns de enfrentamento ao capitalismo, quando a fragmentação e a fragilidade das lutas aprofundam as desconfiças, construir as decisões de forma unitária é absolutamente necessário.

Em terceiro lugar, acreditamos que deva haver compromisso com a ampliação da luta e da unidade na ação cotidiana, em todo o País. Para lutar na defesa dos direitos e das reivindicações imediatas e históricas é necessária a conformação de um campo mais amplo, através de um fórum nacional de mobilizações, que sem ser orgânico, possa aglutinar os mais diversos movimentos para ampliar a luta social no Brasil.

Por último, acreditamos que a construção de uma central nova deva envolver a diferenciação simbólica com as experiências anteriores. Para nós, a nova central deve

passar ao conjunto da classe trabalhadora a mensagem de que representa, de fato, algo novo no cenário nacional. A superação das experiências constituídas nos últimos anos deve estar espelhada em cada um dos símbolos de uma central sindical e popular que se propõe a representar, aglutinar e organizar os trabalhadores e trabalhadoras.

Tínhamos uma enorme expectativa em relação ao Congresso da Classe Trabalhadora que se realizou em Santos, nos dias 5 e 6 de junho. A presença de milhares de ativistas, que organizaram o debate com outros milhares de trabalhadores e trabalhadoras na base e se fizeram presentes ao Conclat, parecia ser a garantia de um processo vitorioso de construção de uma nova central. Mas inúmeros problemas se estabeleceram ao longo do processo de debates, revelando a incapacidade política de uma construção unitária, não excludente.

A forma como foi encaminhado o congresso foi, consciente ou inconscientemente, preparada para mostrar um lado “vencedor” e outro lado “perdedor”. Mas nenhuma foi tão crucial quanto a imposição do nome da central, que foi a gota d’água. Qualquer nome seria aceito, exceto o que expressava a justaposição de apenas duas experiências que apesar de importantes, mas limitadas e insuficientes, se esforçaram, com outros setores para construir uma unidade maior.

Muitas organizações participaram do processo de construção do congresso. Sete organizações se colocaram como convocantes. Destas, cinco eram contrárias ao nome imposto sem nenhum debate nos dois seminários nacionais, nos mais de 25 seminários estaduais, nem tampouco nas centenas de assembleias de base que reuniram os trabalhadores e trabalhadoras para delegar representação para o congresso. Mesmo na Conlutas, muitos companheiros e companheiras eram contrários a esta imposição burocrática.

Os impasses que se tornaram mais evidentes ao “final” do Congresso dizem respeito a diferenças na concepção de central e, principalmente, diferenças na concepção de democracia operária, das quais a polêmica sobre o nome foi apenas a expressão formal. Isso não é insignificante, é fundamental e por isso travou a continuidade do processo. Com este nome ficou demonstrado que se tentava impor ali não uma nova organização, mas sim a mesma organização – nitidamente insuficiente para a luta de classes.

O desfecho do Congresso foi uma derrota para a classe trabalhadora. Os mais de 40% que saíram, o fizeram porque diante destes fatos não estavam garantidas as condições para fundar uma nova central com funcionamento efetivamente democrático. Avaliando estes elementos, acreditamos que a construção de uma nova central sindical e popular não se encerrou neste Congresso da Classe Trabalhadora. Trata-se ainda de um processo em curso. E, apostando neste processo, acreditamos que a recomposição de todos os setores que convocaram o Conclat rumo à unidade em uma mesma central sindical e popular passa basicamente por:

1. Sobre o nome: nossa proposta é Central Sindical e Popular. Estamos dispostos a aceitar outros nomes, desde que sejam nomes e logotipos novos que expressem o processo de ampliação necessário para uma central

classista.

2. Funcionamento democrático:

a) Funcionamento com base em decisões consensuais, constituição de acordos.

b) Discutir o funcionamento da central em todos seus níveis e estruturas sob esta base.

c) Questões de princípios e de concepção não vão a voto.

d) Em última instância, esgotado o debate e verificada a impossibilidade de consenso, garantir quórum qualificado de 2/3 para decisões políticas.

3. Composição da Secretaria Executiva, Suplentes e Conselho Fiscal

- Composição destas instâncias expressando os 40% que este campo representa no Conclat, com base no acordado no congresso (executiva de 27 efetivos e 08 suplentes, 03 efetivos e 03 suplentes do Conselho Fiscal), respeitando o critério da proporcionalidade direta e qualificada; 4. Estatutos

a) Reafirmamos todos os consensos e encaminhamentos definidos até o momento da imposição da votação do nome. Não reconhecemos o que foi votado após este momento, inclusive a votação do nome. O que não foi acordado/discutido nas negociações, ou foi aprovado após nossa saída, será submetido a processo de debate com definição consensual até o final de 2010.

b) Necessidade de regulamentar como se dará a participação dos estudantes e dos movimentos contra a opressão no congresso e em todas as instâncias, de forma a garantir o respeito ao limite de 5% da soma de seus representantes.

c) As coordenações estaduais indicarão executivas estaduais provisórias até a realização de congressos estaduais.

Resaltamos que qualquer que seja o resultado do processo de recomposição, o debate com o conjunto das nossas entidades de base e militância é elemento fundamental para cada passo e qualquer definição.

Apontamos a necessidade de unificar as campanhas salariais e reafirmamos nosso apoio às greves, como a do judiciário paulista, nossa mobilização contra a mudança do Código Florestal que visa ampliar a devastação ambiental, nossa participação no Grito dos Excluídos e no plebiscito popular pela limitação da propriedade rural. É preciso retomar o debate sobre a questão da dívida pública, e defender a reforma urbana através de investimentos vigorosos na estrutura urbana.

Reafirmamos a necessidade de lutar: pelo fim do fator previdenciário; contra a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza; contra a precarização, lutando pela redução da jornada de trabalho e o fim da terceirização; pela valorização do serviço público, combatendo o congelamento dos investimentos e dos salários e as diversas formas de privatizações.

INTERSINDICAL

UNIDOS PRÁ LUTAR

TRABALHADORES NA LUTA SOCIALISTA - TLS

MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA - MES

SINDICATOS E DELEGADOS INDEPENDENTES

Expediente

SINDIFORT Informa é um informativo do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Fortaleza - SINDIFORT. Endereço: Rua 24 de Maio, 1188 - Centro. CEP: 60.020-000 - Fortaleza/Ceará. Fone: 3211.3700 - Fax: 3211.3702. Diretoria Executiva: Antonia Nascella Silva (Presidente) - Eriston Lima Ferreira (1º Vice-presidente) - Francisco Elso S. de Carvalho (2º Vice-presidente) - Ângela Rocha da Silva (Secretária Geral) - Paulo Roberto da S. Rubens (1º Secretário) - Fco. Ednardo C. de Assis (2º Secretário) - 3º Secretário (Jorge Audálio Teles) - Fátima M. L. Carneiro (1ª Tesoureira) - Fco. J. Queiroz de Lima (2ª Tesoureira) - Maria Eliane B. de Moura (Dir. Jurídica) - Malu Costa (Dir. Imprensa e Divulgação) - Jefferson B. Saraiva (Dir. Formação Sindical) - João Bosco G. Menezes (Dir. Relações Intersindicais) - Vera Lúcia L. S. Domingos (Dir. Administrativa) - Ednardo Araújo Nogueira (Dir. Cultural). Jornalistas responsáveis: Afrânio Castelo (MT 2041/CE) e Haroldo Barbosa (MT 2034/CE). Estagiária de Comunicação: Joana Vidal. Edição fechada em 05/07/2010. Tiragem: 10.000 exemplares.